

Brasília, 18 de junho de 2020.

Ao Senhor
General EDUARDO PAZUELLO
Ministro de Estado da Saúde interino

C/Cópia: Ao Senhor Luiz Otávio Franco Duarte
Secretário de Atenção Especializada à Saúde - SAES

À Senhora Cleusa Rodrigues Silveira Bernardo
Diretora do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle – DRAC/SAES

Assunto: Hospital de Campanha (HC) e Leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar (LSVP).

Senhor Ministro,

Considerando a publicação da Portaria GM/MS Nº 1514, de 15 de junho de 2020, que *“Define os critérios técnicos para a implantação de Unidade de Saúde Temporária para assistência hospitalar - HOSPITAL DE CAMPANHA - voltadas para os atendimentos aos pacientes no âmbito da emergência pela pandemia da COVID-19”* e ainda,

A publicação da Portaria GM/MS Nº 1521, de 15 de junho de 2020, que *“Autoriza a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19”*,

O CONASS, por meio deste, solicita a revisão das referidas Portarias por entender que o Artigo 4º e o Parágrafo Único, da PT Nº 1521 tratam de assunto referente a hospitais de campanha, devendo, portanto, ser agregado à Portaria Nº 1514, conforme demonstrado abaixo:

PT GM/MS Nº 1521:

Art. 4º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, devido a necessidade do cenário posto pela pandemia previram o esgotamento da oferta de leitos em sua rede de saúde e, antecipando-se à crise, implantaram Hospitais de Campanha anteriormente à publicação desta Portaria, sem observar as alternativas de estratégias previstas no art. 2º, deverão ser considerados para fins de habilitação.

Observa-se que o Artigo 2º da Portaria Nº 1521, não trata de “... alternativas de estratégias...” e sim da solicitação de habilitação de leitos de suporte ventilatório. É o artigo 2º da Portaria Nº 1514 que prevê alternativas de estratégias que podem ser utilizadas para ampliação e organização da oferta de leitos.

Parágrafo único. O Hospital de Campanha que tenha sido implantado anteriormente a publicação desta Portaria e que disponha de leitos de UTI para Síndrome Aguda

(RCBC/ASTEC)

Respiratória Grave - SARG/COVID-19 poderá, em caráter excepcional, solicitar a habilitação, desde que atenda aos requisitos mínimos previstos na Resolução nº 7, de 24 de fevereiro de 2010, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Da mesma maneira, o parágrafo único refere-se á excepcionalidade de habilitação de leitos de UTI em hospitais de campanha, implementados anteriormente à publicação da Portaria GM/MS Nº 1521 e não aos leitos de suporte ventilatório pulmonar.

Pelo exposto e objetivando facilitar o entendimento das Portarias pelas Secretarias Estaduais e Municipais de saúde e garantir agilidade na sua operacionalização, o CONASS solicita a republicação das Portarias GM/MS Nºs 1514 e 1521, ambas de 15 de junho de 2020, publicadas no DOU de 16 de junho de 2020, após a incorporação das sugestões acima.

Atenciosamente,



JURANDI FRUTUOSO SILVA
Secretário Executivo